

[6]

AS RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS NOS ANOS 90 A PARTIR DA CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPÉIA E DO MERCOSUL

Mariana Lemos*
Patricia Tendolini Oliveira de Melo**

108

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar as relações luso-brasileiras a partir da criação do Mercosul e da União Europeia. O relacionamento entre Brasil e Portugal iniciado com a descoberta e colonização do Brasil trouxe aos dois países conexão única no que diz respeito às tradições culturais, língua e povo. Essa proximidade cultural, que se manteve ao longo dos anos acompanhando o desenvolvimento de ambos, não se refletiu no campo econômico, uma vez que as trocas comerciais e o investimento bilateral entre os dois países não são representativos no contexto internacional. Com a criação dos Blocos de Integração Regional, na América Latina e na Europa, há uma alteração no intercâmbio comercial e no IDE entre eles. Essa alteração é analisada considerando os impactos da integração regional nos dois países e outros fatores, como a redemocratização e a estabilidade econômica brasileira e portuguesa, que aliados à integração regional modificaram suas relações.

Palavras-chave: Brasil. Portugal. Mercosul. União Europeia.

Abstract: The objective of this article is to analyze Brazil and Portugal relationship from the foundation of Mercosul and European Union. The historic relationship between the two countries brought the countries a unique connection regarding their cultural traditions, language and people. They have remained close in cultural aspects during the years throughout their development in a more globalized world. However, analyzing their economic relation it is noticed that the period until the early 1990s did not reflect their cultural closeness in the economic field. With the foundation of the Blocks of Regional Integration, in Latin America and in Europe, a change is noticed in the commercial exchange and international direct investment between Brazil and Portugal. This change will be analyzed considering the impacts of regional integration in the two countries and other factors as democratization Brazilian and Portuguese economic stability that allied to regional integration have modified Brazil and Portugal relationship.

Keywords: Brazil. Portugal. Mercosul. European Union.

Brasil e Portugal estão conectados por uma história comum iniciada no ano de 1500 com a descoberta do país pelos portugueses, seguida por um processo intenso de colonização. Essa conexão moldou a história e sociedade brasileira, desde a

* Graduada em Relações Internacionais pela Unicuritiba. E-mail: marianaglemo@gmail.com

** Economista. Mestre em Administração pela Universidade Federal do Paraná. Professora da Unicuritiba E-mail: patricia_tendolini@hotmail.com

língua, passando pelos costumes, até a escolha de parceiros comerciais. Porém, com a independência do Brasil há um distanciamento entre ex-colônia e colonizador, uma vez que o Brasil busca se desenvolver economicamente e politicamente sem a influência de Portugal, enquanto o país europeu desvia o foco da América Latina para as colônias africanas. Até na virada do século XX para o século XXI os dois países se mantêm distantes no campo econômico, apesar da proximidade cultural e da história comum que, em tese, facilitaria um maior intercâmbio comercial e investimento estrangeiro.

A reaproximação no início dos anos de 1990 ocorreu num cenário mundial de grandes mudanças, com o fim da ordem bilateral vigente até então e a intensificação da globalização. Com isso, ganhou força o fenômeno atual de integração regional, que têm um papel cada vez maior nas Relações Internacionais seja devido à grande importância para a elaboração da política externa dos países membros, seja devido à representatividade econômica que a união desses países tem no sistema internacional.

Considerando esse cenário o presente trabalho tem por objetivo analisar as relações luso-brasileiras a partir de seus respectivos Blocos de Integração Regional, a União Europeia (UE) e o Mercosul.

6.1 Integração regional: Mercosul e União Europeia

O fato de a integração regional envolver a abdicação de uma parte da soberania nacional em prol do que é considerado um bem para os Estados membros é o que a torna um processo extremamente importante para as relações internacionais atuais. Segundo Hertz e Hoffmann (2004, p. 168) integração regional “é um processo dinâmico de intensificação em profundidade e abrangência das relações entre atores levando à criação de novas formas de governança político-institucionais de escopo regional”. A integração regional passa pela integração econômica e chega à integração política como última instância.

O princípio básico da integração econômica é a eliminação das fronteiras entre os mercados de forma a liberalizar o fluxo de produção e de capital, aumentando o tamanho do próprio mercado. Essa expansão traz enormes benefícios aos membros e é por isso que eles aceitam abdicar de parte da sua soberania.

O processo de integração regional tem sete etapas ou formas, segundo Machado (2000, p. 21), são elas: a Zona Preferencial de Comércio ocorre principalmente entre países em desenvolvimento e é caracterizada pela eliminação parcial das

barreiras alfandegárias, como as alíquotas, ou seja, alguns impostos específicos são excluídos da relação entre os integrantes da Zona; em uma Zona de Livre Comércio há a eliminação das barreiras ao comércio entre os membros, porém estes se mantêm independentes em suas relações com países que não fazem parte do Acordo; na União Aduaneira há uma Tarifa Externa Comum (TEC) dos membros para com terceiros, e pressupõe uma harmonização da política comercial; o Mercado Comum pressupõe a eliminação de todas as barreiras para a circulação de mercadorias e dos fatores de produção e para que isso ocorra é necessária a harmonização da legislação e das políticas comercial e financeira; a União Econômica possui todas as características do mercado comum, porém inclui a criação de uma autoridade supranacional que tem o objetivo de aplicar as políticas comuns e harmonizar ainda mais as mesmas; a Integração Econômica total ocorre quando há união monetária e a criação de um banco central regional independente; por fim, a União Política ocorre a criação de uma federação entre os Estados ou uma confederação que lida com assuntos específicos e é regulada por instituições supranacionais.

Dessa forma, a integração econômica é parte do processo de integração regional, mas não o é completo, pois desconsidera aspectos políticos e sociais e de cunho cultural. Saba (2000, p. 43) afirma que “a integração regional reflete uma identidade que implica a ideia de pertinência a uma mesma circunstância e por isso é o resultado das vicissitudes históricas do entorno regional”.

6.2 Resgate histórico das relações luso-brasileiras

O período de colonização brasileira criou as bases de nossa cultura e também da economia. O período após a independência trouxe especialmente para o Brasil uma fase de amadurecimento político e econômico. Durante esse período há um distanciamento claro do ex-colonizador.

Já a partir dos anos de 1980 com um mundo globalizado o relacionamento entre os dois é retomado de forma mais intensa. Essa reaproximação, principalmente após a entrada dos países em seus respectivos Blocos de Integração só faz sentido à luz da história comum.

Todo o processo de colonização do Brasil até sua independência formou o Brasil atual e o seu relacionamento com a ex-metrópole. Jaguaribe considera três aspectos positivos do legado que Portugal deixou para o Brasil:

São eles a integridade territorial, contrastando com a fragmentação da América espanhola e da América inglesa. A unidade cultural básica, a despeito das imensas diferenças regionais ocorrentes num país semicontinental, que faz de sorte a que um nordestino seja mais próximo de um gaúcho que um andaluz de um castelhano, ou um siciliano de um piemontês. Finalmente, o sentido do humanismo e a tolerância que permitiu ao Brasil a mais exitosa experiência mundial de miscigenação étnica e de síntese de distintas tradições culturais, desde que incorporou na cultura brasileira, os elementos originários da portuguesa a outros aspectos de outras culturas europeias [...] como elementos da cultura americana, ou das culturas do Oriente Médio, do Japão, da África e dos aborígenes. (JAGUARIBE, 2008, p. 269).

Esses benefícios não devem ser esquecidos ou desconsiderados no estudo das relações luso-brasileiras modernas. No campo das relações econômicas, principalmente considerando os investimentos entre Brasil e Portugal percebe-se que se tornaram escassas após a independência do Brasil. Porém, após este período de estagnação podem-se citar três ciclos importantes de investimentos portugueses no Brasil, segundo Guapo (2005, p. 182-183). A primeira ocorre entre os anos de 1930 e 1940. Os investimentos desse período são “produto da poupança de emigrantes portugueses no Brasil, que deram origem a inúmeros negócios, que vão desde os mais modestos [...] até os grandes grupos econômicos” (GUAPO, 2005, p. 182). O segundo ciclo de investimentos ocorre como consequência da revolução de 1974 em Portugal e tem um caráter político, pois a alteração do sistema econômico português para um com

[...] tendências socializantes, que originou fuga maciça de capitais estrangeiros de origem privada para o Brasil, cujas características políticas e econômicas da altura se assemelhavam ao Portugal pré-democrático. Estimativas dão conta que, entre 1974 e 1980, teriam chegado ao Brasil cerca de 100.000 portugueses, muitos dos quais criaram os seus próprios negócios. (GUAPO, 2005, p. 182).

O terceiro ciclo inicia-se a partir de 1995 e é caracterizado pelo retorno do investimento português no país, dessa vez como grandes investidores. Para o estudo das recentes relações econômicas significativas entre Brasil e Portugal cabe aqui a análise desse último ciclo, quando há o processo de redemocratização dos dois países.

“Em Portugal, o período imediatamente após ao 25 de Abril de 1974 é caracterizado pelos processos de descolonização e democratização, e posteriormente, pelo empenho no processo de adesão às comunidades europeias” (FONSECA, 2010, p. 49). Nota-se a mudança de foco da política portuguesa após a redemocratização do

país em 1974. Paralelamente a essa alteração da política portuguesa o Brasil permanecia sob o domínio da ditadura militar.

O Brasil comandado por militares foi o primeiro país a reconhecer o novo governo português, apesar disso há uma desconfiança no tocante à situação das colônias portuguesas na África. Situação que o governo português resolve com grande agilidade, conforme afirma Fonseca (2010, p. 51):

Face a indisponibilidade dos Estados Unidos e à reprovação do Brasil [...], Portugal aceitou num curto espaço de tempo as independências dos territórios africanos, e logo nos primeiros meses da revolução a questão ficou resolvida. A partir daqui a abertura ao mundo e o rumo à Europa foram a pedra angular da política externa portuguesa.

Com a situação solucionada, a nova agenda de política externa portuguesa estava focada na integração europeia, porém “passou a existir a necessidade de consolidar a democracia para lá da União Europeia, tentando reforçar a posição de Portugal noutras áreas geográficas – como é o caso dos países de língua oficial portuguesa” (FONSECA, 2010, p. 52). Assim, Portugal reconhece os laços históricos e culturais com o Brasil, além da dimensão da economia brasileira e a ex-colônia retorna ao topo da agenda portuguesa. Apesar dos esforços portugueses há certos impedimentos ao comércio e investimento entre os dois países. Isso ocorre devido ao cenário não democrático do Brasil naquele período, e principalmente devido à economia fechada do país.

O processo de redemocratização brasileiro ocorre mais de uma década mais tarde do que em Portugal. Em 1985, Tancredo Neves é eleito democraticamente o primeiro presidente após o golpe militar de 1964. Apesar dessa conquista a situação econômica da década de 1980 é extremamente complicada para os países latino-americanos, com um cenário de hiperinflação e o período fica conhecido como década perdida.

A abertura econômica do Brasil só ocorreria no início dos anos de 1990, porém cabe realçar que o processo de redemocratização nos anos de 1980 lançou as bases para o estreitamento do relacionamento entre Brasil e Portugal a partir dos anos de 1990. Nesse sentido, Knopfli (2009, p. 238) afirma que:

Alcançada a maturidade dos regimes e a democracia plena [...] ao longo do século XX, alcançamos patamares de entendimento, diálogo e relacionamentos. Estes parecem agora propiciar, mais do que nunca, uma real convergência luso-brasileira em que as relações políticas

e econômicas se apresentam já à altura das expectativas legítimas geradas pela natureza dos laços que nos unem. Em particular, nos finais do século passado, em que no plano político se reforçaram mecanismos de cooperação bilateral, com a periodicidade dada às Cimeiras Governamentais e o processo regular de consultas políticas.

A redemocratização dos dois países colaborou para o processo de amadurecimento das relações luso-brasileiras. Esse processo unido com a abertura da economia brasileira torna possível e perceptível o aprofundamento das relações econômicas entre os dois países.

6.3 Brasil e o Mercosul

O estabelecimento do Mercosul pela Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai foi consequência de diversos fatores, dentre eles, a redemocratização dos países latino-americanos, a abertura econômica de cunho neoliberal, e a estabilização das economias latinas após a década perdida de 1980.

Para o Brasil, o Mercosul representa o estabelecimento de uma união latino-americana, porém reafirmando a liderança brasileira regional e permitindo o aumento significativo de trocas comerciais no bloco, além do poder de barganha do mesmo em relação ao cenário internacional.

O aumento do comércio intra e extrabloco são os grandes triunfos do Mercosul, principalmente em sua primeira década de existência. Machado (2000, p. 85) afirma que “enquanto o intercâmbio comercial extramercosul cresceu a taxas anuais médias de 10,1% entre 1990 e 1997, o intercâmbio intraregional registrou no mesmo período, taxas anuais médias de 24,4% ao ano”.

Outro ponto significativo para o Brasil em relação ao Mercosul é o aumento das trocas comerciais com a Argentina. Apesar desse intercâmbio estar caracterizado nos números do comércio intrabloco vale ressaltar que o volume desses dois países supera o comércio com o Uruguai e o Paraguai.

O Mercosul estreitou o relacionamento entre os países membros, propiciou um aumento de intercâmbio comercial significativo entre eles e posicionou a América do Sul no cenário mundial. Todos esses acontecimentos foram de extrema significância para o Brasil que permanece como líder do bloco no cenário internacional.

6.4 Portugal e a União Europeia

Portugal entrou na UE no terceiro alargamento do Bloco em 1986, até então a CE (Comunidade Europeia). A participação no Bloco foi parte importante de seu processo de redemocratização e de mudança no foco da política externa para a Europa e não mais para suas colônias, além da busca pelo desenvolvimento do país. Fernando de Souza (2000) afirma que:

A internacionalização através da inserção nas comunidades europeias [...], foi a fórmula mais satisfatória equacionada por Portugal para responder às necessidades imediatas da modernização, à abertura da nossa sociedade, à sua democratização e reinserção na economia mundial e à nova situação gerada pelo processo de descolonização.

O mesmo autor (SOUZA, 2000) descreve as consequências da adesão do país ao bloco de integração europeu. São principalmente três: a consolidação da democracia portuguesa, o desenvolvimento econômico do país e uma aproximação entre Portugal e Espanha.

A instabilidade política portuguesa devido ao recente retorno à democracia e a entrada do país no bloco deu credibilidade ao novo governo e estabilizou as disputas políticas. Com a entrada de Portugal no Bloco Europeu os benefícios para a economia do país foram grandes. O incentivo às exportações, o investimento estrangeiro no país, o aumento do mercado consumidor, entre outros, foram sentidos imediatamente. Souza (2000) descreve:

O processo de integração europeia constitui o acontecimento mais relevante para o desenvolvimento da economia portuguesa, o mais poderoso vetor de modernização de toda a sua História. Os fundos estruturais europeus, os chamados fundos de coesão em favor dos Estados-membros que, como Portugal, registravam PIB por habitante inferior a 90% da média europeia, foram decisivos para o nosso desenvolvimento econômico.

Além disso, o autor português afirma que “verificou-se a abertura do nosso sistema financeiro, acompanhada de fortes entradas de capitais, de um Investimento Direto Estrangeiro (IDE) que se saldou entre 1986 e 1992, por uma taxa média anual de 10,5%” (SOUZA, 2000).

A terceira consequência da adesão de Portugal ao Bloco é, também segundo Souza (2000), a aproximação com o vizinho ibérico. Apesar da proximidade territorial,

Portugal e Espanha não possuíam uma relação próxima economicamente. Situação revertida com a adesão dos dois países ao Bloco Europeu em 1986. A partir daí há uma aproximação e uma percepção das vantagens econômicas das trocas entre eles, como por exemplo, o baixo custo de transporte das mercadorias quando comparado com o restante da Europa.

Apesar de todas as vantagens trazidas ao país, a integração europeia trouxe também grandes desafios, uma vez que Portugal possui um nível de desenvolvimento abaixo dos outros membros da UE. Souza (2000) cita os desafios e entraves ao desenvolvimento português face ao cenário europeu. Os principais sendo: Envelhecimento do país; Dependência energética; Pouca competitividade da economia portuguesa, principalmente da agricultura; Alta taxa de endividamento externo; Infraestrutura de transportes muito abaixo da média europeia; Baixa escolaridade da população; Governo altamente burocratizado.

6.5 A relação entre Portugal e Brasil no contexto da UE e Mercosul

O relacionamento entre Brasil e Portugal teve início com a colonização e foi modificado ao longo dos anos; a independência trouxe ruptura e o processo de redemocratização, após anos de ditadura em ambos, os reaproximou. A entrada dos países em seus respectivos Blocos de Integração impactou grandemente as relações econômicas entre eles.

Desde o início do relacionamento entre Mercosul e UE houve interesse por parte dos latino-americanos de uma aproximação com os europeus. Guimarães (2008, p. 103) afirma que:

Para a América Latina, a União Europeia é um importante parceiro econômico (é o segundo investidor, o segundo mais importante parceiro comercial e o principal doador), mas também parceiro político de relevo. Uma aproximação à América Latina revela-se também prioritário para a UE, face ao crescente potencial econômico latino-americano; consequentemente, a União Europeia tem de procurar fortalecer laços com este espaço político-econômico, onde já tem um capital de relacionamento muito elevado e valioso.

O intercâmbio comercial entre os países membros da UE e do Mercosul ocorria muito antes da criação dos respectivos blocos, porém, com a implementação destes ficou claro o aumento de parcerias e intercâmbio de forma a atender os interesses mútuos. “De 1990 a 1994, as vendas de bens da UE para os quatro [países do

Mercosul] cresceram 147%, alcançando US\$17,2 bilhões naquele último” (MAIOR, 1996, p. 161). Dados como esse demonstram a representatividade do mercado latino-americano para a Europa e o interesse da UE em manter uma parceria com países americanos e também o interesse latino em manter um relacionamento próximo com a UE.

O gráfico abaixo mostra o intercâmbio comercial entre os dois blocos de 1990 a 2001:

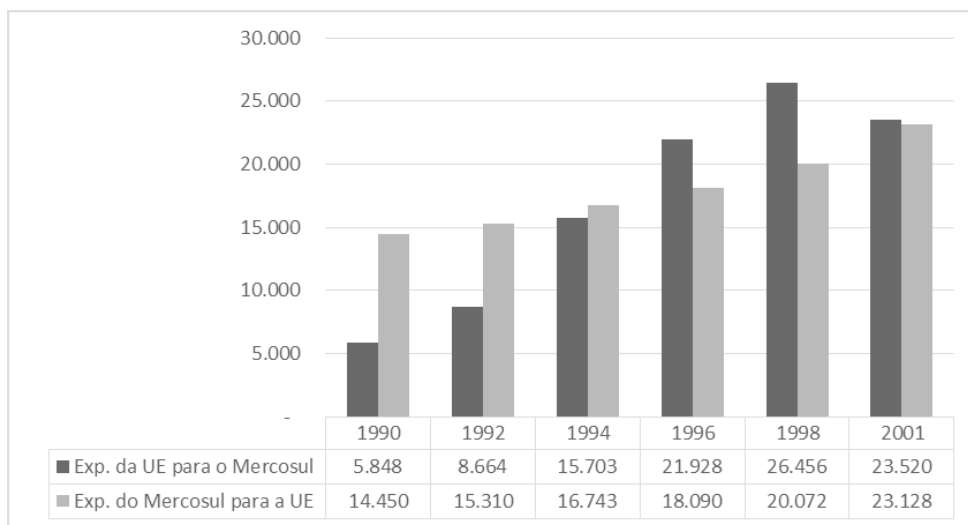


Gráfico 6.1 – Trocas Comerciais UE / Mercosul (1990 - 2001, em Milhões de US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Pinto e Guimarães, 2005

Percebe-se claramente um aumento do intercâmbio comercial entre os blocos ao longo dos anos de 1990. Interessante notar que até o ano de 1994 o Mercosul exportava mais para a UE do que o contrário, porém, entre os anos de 1996 e 1998 houve uma alteração nesse fluxo que é equilibrada no início dos anos 2000. Pode-se analisar que a maior estabilidade econômica, principalmente a brasileira, nos anos de 1994 a 1998 tornou-se um atrativo aos demais países para a América Latina.

Mais do que analisar o valor do intercâmbio comercial vale ressaltar a natureza das trocas comerciais entre os Blocos. Segundo Pinto e Guimarães (2005):

Os bens de maior peso nas exportações da UE para a América Latina são as máquinas e o material de transporte (52%), enquanto os bens que a UE mais importa da América Latina são produtos agrícolas (38%), seguidos a grande distância pelas máquinas (9%).

A descrição dos autores mostra que apesar do grande fluxo entre os blocos há uma grande diferença dos produtos comercializados. O Mercosul exportava bens primários em troca de bens com maior valor agregado. Esses dados demonstram que a parceria entre os dois blocos é fundamental para o desenvolvimento deles, pois possuem produtos complementares, porém deixa claro que o Mercosul deve buscar não somente os produtos europeus, mas também desenvolver a própria indústria para exportar além dos agrícolas.

O aumento do comércio entre Mercosul e UE é uma das consequências da integração dessas regiões, porém, a integração aos Blocos trouxe também consequências econômicas diretas para Brasil e Portugal, como o aumento de investimentos diretos portugueses no Brasil e a redução do comércio bilateral.

6.6 O Investimento Direto Estrangeiro

O IDE depende de diversos fatores tanto da economia receptiva quanto daquela que investe, fatores como estabilidade política, econômica, social e também políticas de atração de capital por parte do país que recebe o IDE são decisivas. Os anos de 1990 trouxeram para o Brasil e para Portugal uma estabilidade e um cenário que oportunizou a troca de investimentos muito maior do que visto anteriormente.

O investimento brasileiro em Portugal mais significativo ocorre no período anterior ao investimento português no Brasil. Segundo Monlevade (2008, p. 40):

Na década de 1980, o Investimento Direto Externo entre os dois países tinha como fluxo Brasil-Portugal, visto o desequilíbrio econômico registrado no Brasil e a oportunidade de investimento em Portugal com a sua adesão à Comunidade Europeia. Não se tratava de um processo de internacionalização, mas de qualquer forma foi um fator importante no processo de modernização na parceira luso-brasileira.

O gráfico abaixo mostra o investimento brasileiro em Portugal de 1986 a 2001. Percebe-se um investimento baixo, porém constante da metade dos anos de 1980 até a metade dos anos de 1990, enquanto os anos de 1997 a 2001 variam imensamente.

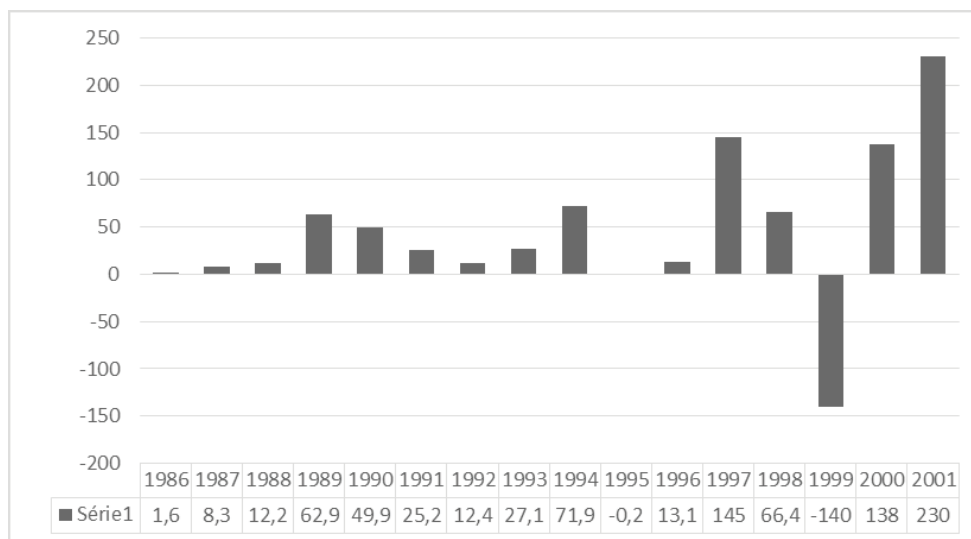


Gráfico 6.2 – Gráfico Investimento Brasileiro em Portugal 1986 - 2001 (Milhões de Euros)

Fonte: MONLEVADE, 2008, p. 41

O autor analisa que “tal investimento [o brasileiro em Portugal] não era uma prática, tanto que em 1986 [...] não passava de 0,07% do PIB português, em 1991 foi para 0,7% aumentando somente significativamente em 1998, 3,6%.” (MONLEVADE, 2008, p. 40).

O investimento brasileiro em Portugal ocorreu no período de adesão e ajuste da economia portuguesa na Comunidade Europeia, ou seja, ao final dos anos de 1980. Esse processo de transição pelo qual passava a economia portuguesa gerou oportunidade aos empresários brasileiros, oportunidades que podem ser comparadas (em menor escala) às oportunidades geradas pelo processo de privatização ocorrido no Brasil nos de 1990.

O investimento direto brasileiro em Portugal é de fato muito reduzido quando se analisa a economia portuguesa como um todo. Entre os anos de 1985 e 2001 o investimento líquido brasileiro foi de 1,2% sob o total da economia portuguesa, conforme mostra a Tabela 6.1.

Tabela 6.1 – Principais Investidores em Portugal 1985 - 2001 (Em Percentual)

País	Inv. Líquido		Investimento Bruto e Líquido					
			1985-1994		1995-2001		1985-2001	
	1985	2001	Inv. Bruto	Inv. Liq.	Inv. Bruto	Inv. Liq.	Inv. Bruto	Inv. Liq.
Alemanha	4,3	18	7,6	9,6	15,3	8,4	14	8,8
Espanha	4,1	26,9	12,2	13,7	11,5	26,4	11,6	21,7
França	6,2	6,5	15,6	14,1	12,3	5,3	12,8	8,5
Reino Unido	30,5	2,4	20,5	19,4	15,7	8,2	16,5	12,3
Outros UE	11,7	37,8	17,6	15,3	30,7	33,6	28,5	26,9
Total UE	56,8	91,6	73,5	72,1	85,5	81,9	83,4	78,2
EUA	27,2	4,4	5,6	3,7	3,4	4,6	3,8	4,3
Japão	0	0,4	0,9	1,5	0,2	0,6	0,3	0,9
Suíça	4,6	-1	6,9	6,9	4,1	1,2	4,5	3,3
Outros OCDE	2,2	2	2,7	3,6	0,5	1,6	0,9	2,3
Total OCDE	90,8	97,4	89,6	87,8	93,7	89,9	92,9	89,0
Brasil	2,1	6,3	1,8	2,7	1,1	3,6	1,2	3,3
Resto do Mundo	7,1	-3,7	8,6	9,5	5,2	6,5	5,9	7,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: GUAPO, 2005, p. 198

A baixa representatividade do investimento brasileiro nesse período pode ser explicada por uma série de fatores tanto relativos à situação portuguesa quando às empresas brasileiras. A economia portuguesa passava por um período de grande estabilidade no início dos anos 90 com a entrada do país na CE, o que gerou uma “forte concentração do IDEP nos países da UE” (GUAPO, 2008, p. 197). Os principais investidores europeus em Portugal foram o Reino Unido, a Alemanha, a França e a Espanha.

Já o investimento português no Brasil na década de 1990 torna-se muito expressivo, quando Portugal se torna o terceiro maior investidor no Brasil. Com esse cenário em mente, Monlevade (2008, p. 44) afirma que:

Entende-se, portanto, que o processo de investimentos entre o Brasil e Portugal possui dois períodos distintos. O primeiro que corresponde à década de 1980 até meados da década de 1990 quando assistimos ao investimento positivo no sentido Brasil-Portugal, e o segundo período em que encontramos o incentivo de investimentos de Portugal no Brasil. Dentro do cenário das privatizações e da inércia dos frutos de investimentos iniciais.

Na década de 1990 o Brasil possuía a estabilidade econômica e política necessária para atrair os investimentos estrangeiros, considerando o retorno à democracia

e a estabilização do Real. Além disso, seu mercado consumidor por si só sempre foi um grande atrativo aos investidores estrangeiros. A criação do Mercosul e consequentemente a extensão do mercado consumidor brasileiro aos mercados argentinos, uruguaios e paraguaios aumentou ainda mais o interesse dos investidores.

Porém, havia ainda a necessidade de criar um ambiente propício para isso, com incentivos governamentais, assim, a política de privatizações efetuada nesse período foi de grande significância para o aumento dos investimentos no país. Tudo isso tornou o Brasil um grande destino de IDE. Guapo afirma que:

A queda da inflação, última resistência dos investidores ao mercado brasileiro, veio consolidar o cenário receptivo às novas inversões, definido pela abertura comercial e a redução das restrições de atuação setorial, como por exemplo, a informática, e a renegociação da dívida externa. (GUAPO, 2005, p. 147).

Os anos 90 no Brasil pautaram-se por uma maior estabilidade macroeconômica, apoiados nas emendas constitucionais de 1995, que puseram fim aos monopólios estatais de telecomunicações, energia, petróleo e gás e na aprovação dos marcos regulatórios, incluindo a criação de agências que geraram os fundamentos pra o extenso programa de privatização, o maior programa do mundo já realizado. Acrescem, como fatores de dinamização econômica, o funcionamento do Mercosul a partir de 1991 (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), o pacote de incentivos e benefícios fiscais ao IDE, em setores específicos (regime automotivo de 1995 do Mercosul, têxteis e brinquedos), e diminuição da inflação. (GUAPO, 2005, p. 135-136).

Nesse período Portugal tornou-se o terceiro maior investidor no país, não somente devido às possibilidades latino-americanas e pelo fato de estar economicamente e politicamente preparado para assumir esse papel, mas também pela proximidade cultural cultivada com a antiga colônia. A concretização da democracia portuguesa e a participação no Bloco Europeu foram decisivas para a estabilização da economia e da política portuguesa que começaram a ter a possibilidade de investir fora do âmbito europeu a partir dos anos de 1990. Segundo Mateus (2000, p. 15):

A evolução recente do relacionamento entre Portugal e Brasil encontra no movimento de investimento direto de Portugal a sua transformação principal. Com efeito, Portugal conheceu, na segunda metade da década de noventa, uma viragem substancial na sua balança de capitais passando rapidamente de importador a exportador líquido de capitais, no que respeita ao investimento direto. Os grandes protagonistas desta viragem foram, no

plano empresarial, os grupos econômicos e financeiros e, em particular, as empresas recém-privatizadas e no pano dos mercados de destino do investimento, a União Europeia e, em particular, o Brasil, onde a participação no respectivo processo de privatizações abriu às empresas portuguesas diversas janelas de oportunidade.

O aumento do investimento direto português no Brasil (IDPB) e a representatividade do mercado brasileiro ficam evidentes na tabela abaixo:

Tabela 6.2 – IDE de Portugal (Em milhões de US\$ e %)

	1994	1995	1996	1997	1998
Total	331,0	922,7	1165,4	2122,7	3730,4
na União Europeia		745,3	512,3	1141,6	1526,9
		-80,80%	-44,00%	-53,80%	-40,90%
no Brasil		31,3	310,00	487,7	1504,7
		-3,40%	-26,60%	-23,40%	-40,30%

Fonte: MATEUS, 2000, p. 15

A tabela mostra claramente o aumento de investimentos diretos portugueses no mundo, um salto de US\$331 milhões em 1994 para US\$3730.4 milhões em 1998 e do Brasil como destino de mais de 40% do IDE português em 1998 contrapondo os 3% de 1995.

Conforme mencionado o terceiro ciclo de investimentos portugueses no Brasil ocorreu a partir de 1995. Dessa vez, Portugal retoma o Brasil como grande investidor. A Tabela 6.3 mostra o investimento bilateral comparado dos dois países dos anos de 1985 a 2001.

Tabela 6.3 – Investimento Bilateral (Em milhões de Euros)

Anos	Portugal-Brasil			Brasil-Portugal			Taxa de Cobertura Portugal-Brasil	
	Inv.	Desinv.	Inv. Líq.	Inv.	Desinv.	Inv. Líq.	Bruta	Líquida
1985	0,1	0,0	0,1	3,8	0,0	3,8	2,0	2,0
1986	0,1	0,0	0,1	1,6	0,0	1,6	4,4	4,4
1987	0,0	0,0	0,0	8,4	0,1	8,3	0,0	0,0
1988	1,4	0,0	1,4	12,2	0,0	12,2	11,5	11,5
1989	4,3	1,7	2,6	63,0	0,0	63,0	6,9	4,2
1990	5,0	0,0	5,0	56,7	6,8	49,9	8,8	1,0
1991	0,5	0,0	0,5	25,3	0,1	25,2	2,0	2,0
1992	1,6	0,0	1,6	14,2	1,8	12,4	11,2	12,9
1993	0,3	0,7	-0,4	31,5	4,4	27,1	1,1	-1,5
1994	2,2	0,0	2,2	76,0	4,1	71,9	2,8	3,0
1995	23,6	0,0	23,6	1,6	1,8	-0,2	1475,0	-11800,0
1996	278,2	1,9	276,3	25,6	12,5	13,1	1086,9	2109,2
1997	616,3	41,4	574,9	167,3	22,2	145,1	368,4	396,3
1998	4326,5	244,4	4082,1	87,3	18,9	68,4	4955,8	5964,9
1999	3421,3	1919,9	1501,4	237,3	377,5	-140,2	1441,9	-1070,1
2000	3520,1	839,4	2680,7	145,0	7,3	137,7	2427,6	1947,1
2001	1073,7	39,1	1034,6	352,0	122,4	229,6	305,1	445,6
Acum.	13275,2	3088,5	10186,7	1308,8	579,9	728,9	1014,5	1397,9

*Taxa de Cobertura Portugal-Brasil: representa em percentual o valor das importações que são pagas com o valor das exportações efetuadas (GUAPO, 2005, p.185)

Fonte: GUAPO, 2005, p. 184

Até 1994, o investimento líquido português não ultrapassou a marca dos cinco milhões de euros anuais, porém, entre os anos de 1995 e 2001, o aumento líquido de investimentos torna-se expressivo. Esse aumento expressivo ocorreu em setores específicos da economia brasileira, conforme mostra a Tabela 6.4.

Tabela 6.4 – IDPB por Setor de Atividade (%)

Sector de Actividade	Invest. %	Desinv. %	Inv. Líq. %
Actividades financeiras	3,1	1	3,7
Actividades imobiliárias, alugures e serviços a empresas	74,9	44,2	84,2
Agricultura, produção animal, caça e sicultura	0	0	0,1
Alojamento e restauração	0	0	0,1
Comércio Grosso/retalho e rep, de veículos automóveis	0,4	0,2	0,5
Construção	0,4	0	0,6
Indústrias Transformadoras	1,4	1,7	1,3
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	4,9	0	6,3
Transportes, armazenagem e comunicações	14,1	52,7	2,4
Sectores não identificados e particulares	0,7	0,1	0,8
Total	100	100	100

Fonte: GUAPO, 2005, p. 187

A concentração de aproximadamente 75% do investimento português no Brasil nas atividades mobiliárias, de aluguéis e serviços a empresas dá-se, segundo Guapo (2005, p. 185), devido à atuação das grandes *holdings* portuguesas, que optaram pelo setor de serviços. A concentração de pouco mais de 14% do investimento português nos setores de transportes, armazenagem e telecomunicação bem como os quase 5% investidos nos setores de produção e distribuição de eletricidade, gás e água ocorreram através do processo de privatização.

6.7 As privatizações

O processo de privatizações brasileiro teve início nos anos de 1980 e passou pelo seu auge no primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Esse processo alterou profundamente o investimento externo no Brasil e pode ser dividido em quatro fases distintas, segundo Guapo (2005, p. 133-134).

A primeira fase, iniciada em 1981, teve como objetivo a recuperação de empresas nacionais que estavam prestes a decretar falência. Assim, as privatizações ocorreram para recuperar os investimentos perdidos, porém os resultados financeiros finais não foram muito expressivos para a economia brasileira. A segunda fase iniciou-se em 1990 e teve por objetivo privatizar empresas de matéria-prima. Com o *impeachment* do Presidente Collor, em 1992, o processo não foi finalizado. Em 1993 inicia-se a terceira fase que diferentemente das duas anteriores focou na alteração de regras institucionais para privatizações. Dentre essas mudanças destacam-se a abertura de crédito aos investidores. A quarta e última fase é a mais expressiva financeiramente e ocorre a partir de 1995, com o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Tem como características a privatização de empresas estaduais, além das federais, e também o início da concessão de serviços públicos privatizados.

O capital externo e seus investidores foram de suma importância para a consolidação do processo de privatizações. O investimento acumulado entre os anos de 1991 e 2002 com o processo de privatização no país foi de US\$ 105,6 milhões, com maior geração de capital entre os anos de 1996 a 1998, período de maior estabilidade do real brasileiro. Esse montante teve participação expressiva de investidores estrangeiros. Historicamente os maiores investidores na economia brasileira eram EUA, Alemanha e Japão, porém nos anos de 1990 há uma alteração do fluxo de capitais para os países ibéricos. Espanha e Portugal aparecem como segundo e terceiros maiores investidores na economia latino-americana nesse período, com 15% e 6% do investimento total do período. O investimento dos países ibéricos ocorre

principalmente nos setores de telecomunicações e energia, foco das privatizações do Governo Federal brasileiro (GUAPO, 2005, p. 148).

A Tabela 6.5 mostra a participação dos diversos países no processo de privatizações brasileiro, entre os anos de 1991 e 2002. Portugal destaca-se como terceiro maior investidor, com um total de 6% das empresas privatizadas no Brasil.

Tabela 6.5 – Privatizações Brasileiras por Países Investidores (Em milhões de US\$ e %)

País	PND		Estaduais		Telecomunicações		Total	
	Montante	%	Montante	%	Montante	%	Montante	%
EUA	4318	14%	6024	22%	3692	13%	14034	16%
Espanha	3665	12%	4027	14%	5042	17%	12734	15%
Portugal	1	0%	658	2%	4224	15%	4883	6%
Itália	0	0%	143	1%	2479	9%	2622	3%
Chile	0	0%	1006	4%	0	0%	1006	1%
Bélgica	880	3%	0	0%	0	0%	880	1%
Reino Unido	2	0%	692	2%	21	0%	715	1%
Canadá	21	0%	0	0%	671	2%	692	1%
Suécia	0	0%	0	0%	599	2%	599	1%
França	479	2%	196	1%	10	0%	685	1%
Holanda	5	0%	410	1%	0	0%	415	0%
Japão	8	0%	0	0%	256	1%	264	0%
Coréia	0	0%	0	0%	165	1%	165	0%
Argentina	0	0%	148	1%	11	0%	159	0%
Alemanha	75	0%	0	0%	0	0%	75	0%
Uruguai	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Outros	1815	6%	350	1%	0	0%	2165	2%
Part. Estrangeira	11269	37%	13654	49%	17170	59%	42093	48%
Total	30481	100%	27949	100%	29050	100%	87480	100%

Fonte: GUAPO, 2005, p. 149 (grifo da autora)

O investimento português no Brasil ocorreu num cenário comum de estabilidade econômica e política através de um longo processo descrito até aqui.

6.8 Comércio luso-brasileiro

O investimento direto luso-brasileiro é a mais expressiva relação econômica entre os dois países, porém o estudo das trocas comerciais também merece atenção. Segundo Guapo (2005, p. 190) no período entre os anos de 1970 e 1990

as transações comerciais entre Portugal e Brasil apresentam valores voláteis e pouco significativos sendo sempre desfavoráveis à Portugal. No entanto [...] os anos mais recentes apontam para uma modificação na tendência, particularmente a partir da segunda metade dos anos 90. Porém, apesar de ser registrado um crescimento na intensidade das trocas comerciais, estas continuam a ser muito fracas.

O gráfico abaixo deixa claro que a troca comercial não ultrapassa 1% de toda a relação econômica entre os dois países e que o investimento direto é na verdade o ponto mais importante dessa relação:

125

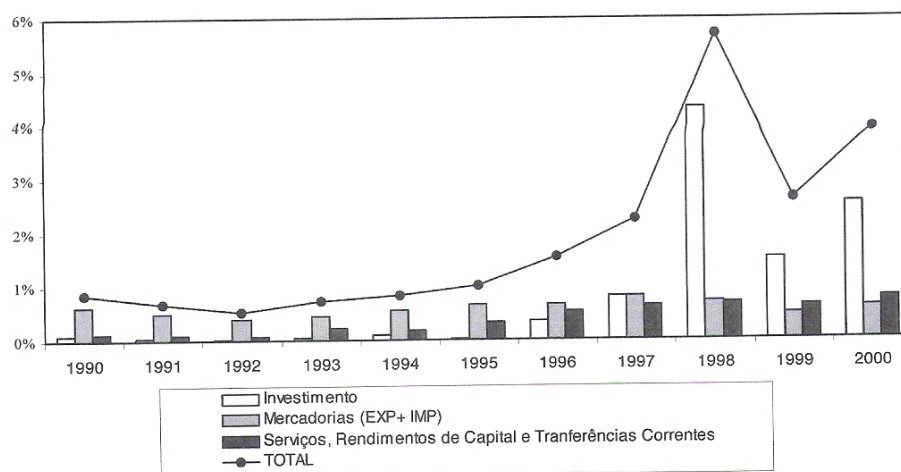


Gráfico 6.3 – Evolução Geral das Relações Econômicas entre Brasil e Portugal (1990 - 2000)

Fonte: GUAPO, 2005, p. 191

Mateus (2000, p. 16, grifo do autor) confirma a análise de Guapo quando afirma que:

A manutenção de uma **dinâmica de comércio relativamente secundarizada** e pouco expressiva não acompanhando este novo dinamismo ao nível de investimento, seja nas relações globais entre a União Europeia e a América Latina, seja nas relações mais específicas entre Espanha, Portugal e a América Latina (manutenção das exportações recíprocas entre Portugal e Brasil ao nível de 1% constitui um traço claro desta realidade).

Mateus (2000) considera que a baixa troca comercial entre os dois países ocorre devido ao cenário mundial e de integração regional que não mais possibilita

trocas comerciais privilegiadas entre ex-metrópole e ex-colônia. Além disso, o cenário econômico deve considerar as relações econômicas muito maiores do que as simples trocas comerciais:

A compreensão dos eixos de universalidade e de especificidade, constitui, por outro lado, um importante fator de potenciação deste novo, possível e desejável relacionamento econômico. Com efeito, a construção deste novo relacionamento exige uma correta gestão de processos tão complexos quanto o relacionamento Portugal-Espanha no quadro da União Europeia, do relacionamento Brasil-Argentina no quadro do MERCOSUL, e do relacionamento União Europeia-Mercosul, no quadro mais vasto das relações atlânticas e da negociação, mais ou menos permanente, ao nível dos blocos regionais, no quadro da Organização Mundial do Comércio.

Esse novo relacionamento econômico pode alcançar, para cada país e região em causa, a dimensão de uma nova fronteira de crescimento econômico, contribuindo decisivamente para o fortalecimento das estruturas empresariais envolvidas – sejam os grupos econômicos mais poderosos em processos de internacionalização acelerada sejam as PME's dinâmicas e inovadoras – e para a conquista de zonas perdidas de eficiência na capacidade reguladora dos mercados ao nível das novas políticas econômicas de base estrutural, horizontal e macroeconômica (MATEUS, 2000, p. 23).

Esse novo cenário mundial explica o baixo intercâmbio comercial entre Portugal e Brasil e também o aumento do intercâmbio entre União Europeia e Mercosul. Trata-se aqui de uma alteração do cenário mundial que mostra a importância para vez maior dos blocos de integração regional.

6.9 Considerações finais

As relações luso-brasileiras iniciadas com a colonização do Brasil evoluíram ao longo dos anos não sendo definidas somente pelo papel de colônia e colonizador. A dependência econômica mútua inicial foi quebrada com a independência do Brasil perante Portugal. O distanciamento claro entre os dois ocorreu até a passagem do século XX para o século XXI, momento que acabou com a ordem bilateral e trouxe o cenário de globalização que propiciou a aproximação econômica entre os países e incentivou a integração regional.

Apesar de todos os aspectos comuns, como a língua, a proximidade cultural e principalmente a história, as relações econômicas só foram aprofundadas a partir

dos anos de 1990. Essa não proximidade até então ocorreu por diversos fatores, entre eles o fato de Brasil e Portugal possuírem economias de certa forma concorrentes, e não complementares, considerando que os dois são países predominantemente agrários. Outro fator que impediu a aproximação foi o fato dos dois países passarem por longas ditaduras com agendas muito distintas. Enquanto o Brasil buscava a substituição de importações, Portugal de Salazar estava focado na manutenção das colônias africanas. O fato de o Brasil possuir uma das economias mais fechadas do mundo também foi muito relevante para o distanciamento entre eles.

Todos esses aspectos foram modificados a partir dos anos de 1990. Considerando o cenário brasileiro, alterações significativas foram efetuadas. A reestruturação política após a ditadura militar trouxe força ao governo democrático e tornou possível um processo de estabilização da economia brasileira e de abertura da mesma. A abertura promovida, em grande parte no Governo Collor, trouxe investimentos estrangeiros ao país em proporções inéditas. Em seguida a estabilização da economia com a implementação do Plano Real e o controle inflacionário mostraram ao mundo que o Brasil estava preparado e inserido no mercado globalizado.

Ainda no cenário brasileiro evidencia-se que a integração latino-americana, hoje classificada como uma união aduaneira imperfeita, teve grandes impactos nos membros, com o aumento significativo do comércio intrabloco e da aproximação com outros blocos como a UE, principal parceiro do Mercosul. A criação deste mostrou aos investidores internacionais a vontade latino-americana de se integrar no cenário globalizado e abriu novas oportunidades, por se tratar de um mercado representativo até então não muito explorado. Além disso, a atuação do Brasil como líder na América Latina através do Mercosul trouxe maior credibilidade ao país por parte dos investidores estrangeiros.

Ao mesmo tempo Portugal passou por grandes transformações. Após a ditadura de Salazar, o país buscou se inserir no Bloco Europeu que já estava em pleno desenvolvimento. A participação neste trouxe grandes desafios aos portugueses que possuíam uma das economias menos desenvolvidas na Europa, entretanto, com os investimentos do bloco e com alterações na política interna o país passou de receptor de investimentos a investidor num curto período de tempo.

Considerando que o Mercosul e a UE impulsionaram o crescimento das economias brasileira e portuguesa e propiciaram ao investidor internacional um cenário de estabilidade, mostrando que além de relações bilaterais seria interessante manter laços econômicos com todo o Bloco, ficam evidentes os impactos dos Blocos de Integração na reaproximação ocorrida entre Brasil e Portugal. Porém este não pode ser considerado o único fator para o aprofundamento das relações luso-brasileiras.

O processo de redemocratização foi imprescindível para esse fenômeno. A revisão das agendas por parte dos governos democráticos e a alteração da posição dos dois países no cenário mundial foi um dos fatores que mais contribuiu para o aprofundamento das relações entre Brasil e Portugal.

Outro aspecto que não pode ser desconsiderado é a estabilidade econômica alcançada nos anos de 1990, principalmente no caso brasileiro. Após a década perdida, com um cenário de hiperinflação, o controle da economia brasileira com o Plano Real trouxe ao Brasil a credibilidade necessária aos investidores estrangeiros e a garantia de um bom investimento, considerando seu mercado consumidor. Nesse sentido o processo de privatizações no governo Fernando Henrique Cardoso gerou oportunidades de investimentos, as quais os portugueses aproveitaram tornando-se o terceiro maior investidor estrangeiro no Brasil.

Desta forma conclui-se que a participação no Mercosul e na UE foi de suma importância para a reaproximação entre Brasil e Portugal no final do século XX, aliado com outros fatores importantes como a estabilização econômica dos dois países, a redemocratização e a proximidade cultural entre eles.

Referências

FONSECA, Carmen Sofia. **Intenções versus desempenho: o Brasil na política externa portuguesa (1976-2007)**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v53n2/03.pdf>> Acesso em: 26 maio 2013.

GUAPO, C. **A cultura como factor dinamizador da economia**. Lisboa: ISCSP, 2005.

GUIMARÃES, Maria Helena. **União Europeia e América Latina**. 2008. Disponível em: <<http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/3120/3/101-110.pdf>> Acesso em: 26 maio 2013.

HERZ, Mônica; HOFFMAN, Andrea Ribeiro. **Organizações Internacionais: história e práticas**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

JAGUARIBE, Hélio. Portugal-Brasil: Presente e Futuro. In: JAGUARIBE, Hélio. **Brasil, mundo, o homem e na atualidade: estudos diversos**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

KNOPFLI, Francisco. **Portugal/Brasil, cinco séculos e alguns anos de convívio**. Lisboa, 2009. Disponível em: <http://idi.mne.pt/images/rev_ne/2009_04_n_14.pdf> Acesso em: 26 maio 2013.

MACHADO, João Bosco. **Mercosul: Processo de Integração: Origem, evolução e crise**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

MATEUS, Augusto. A Globalização e os Novos Caminhos da Competitividade: União Europeia e Mercosul, Portugal e Brasil. 2000. In: ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcante de; MONLEVADE, Danilo Ramos de. **Brasil e Portugal: suas relações políticas e econômicas entre os anos de 1986 a 2006**. 77f. Monografia (Especialização) – Relações Internacionais, Instituto de Ciências Políticas e Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília 2008. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/1095/1/2008_DaniloRamosMonlevade.pdf>. Acesso em: 26 maio 2013.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. Da Independência à Vitória da Ordem. In: LINHARES, Maria Yeda (Org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PINTO, Messias de Sá e GUIMARÃES, Maria Helena. **O Mercosul e a Alca: os interesse (irre)conciliáveis da União Europeia e dos EUA**. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a05.pdf>> Acesso em: 2 jun. 2013.

SABA, Sérgio. História e política da integração no continente europeu. In: JUNIOR, Alberto do Amaral; RATTON, Milchelle. **União Europeia**. São Paulo: Aduaneiras, 2002. p. 7-45.

SOUZA, Fernando de. **Portugal e União Europeia**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S003473292000000200009&script=sci_arttext> Acesso em: 26 maio 2013.